

35 do CEHIDRO para explicar sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. 3) Sobre o
36 Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH informou, da reunião acontecida em
37 Brasília, com os representantes presentes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos
38 dos Estados, chegando a conclusão para indicação dos 10 representantes (10 titulares e
39 10 suplentes) dos Conselhos Estaduais para a participação no Conselho Nacional, as
40 Câmaras Técnicas do CNRH, ficando o Conselho Estadual de Mato Grosso como
41 suplente do Estado do Paraná, devendo ser invertida a titularidade na metade do triênio.
42 Também informou que o CEHIDRO, tem participação em três Câmaras Técnicas: Águas
43 Subterrâneas – CTAS, titular MT e suplente PR; Integração da Gestão das Bacias
44 Hidrográficas e dos Sistemas Estuarianos e Zona Costeira – CTCOST, titular PR e
45 suplente MT e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, titular PR e suplente
46 MT. 4) Sobre o Programa de Revitalização da Bacia Tocantins-Araguaia, houve uma
47 reunião com os Órgãos Ambientais dos Estados de MT, GO, TO, MA, PA e DF em
48 Goiânia, pois o Estado de Goiás é a Secretaria Executiva deste programa, valendo
49 salientar que não participaram desta reunião os Estados do MA e PA. O MMA apresentou
50 proposta de reuniões em todos os Estados, sendo que para Mato Grosso, ficou certa
51 que aconteceriam nas cidades de Cuiabá (17/10/06), São Félix do Araguaia (07/11/2006)
52 e Barra do Garças (09/11/2006). Em Cuiabá o evento está confirmado para o data de
53 17/10/2006 no Auditório da FIEMT à partir das 08:30 hs. O Secretário Executivo ressaltou
54 que o projeto será elaborado dentro da realidade de cada Estado com a participação
55 efetiva da população local, solicitou aos Conselheiros a participação efetiva no dia 17/10,
56 e também que divulguem o evento através dos seus Órgãos Regionais, principalmente
57 nos municípios de São Félix do Araguaia e Barra do Garças, para prestigiarem e
58 participarem do referido evento. 5) Quanto à implantação e divulgação do Plano Nacional
59 de Recursos Hídricos através da apresentação dos Cadernos Regionais, o MMA/SRH
60 esta realizando reuniões com as Comissões Executivas Regionais – CER' das 12 regiões
61 hidrográficas para a implantação das Feiras Ambientais. A reunião da CER's Tocantins-
62 Araguaia realizou-se em Brasília, com a presença do Coordenador de Gerenciamento
63 Hídrico o Sr. Leandro Maraschin e definiram a cidade de Marabá no Maranhão para a
64 realização da Feira Ambiental. A reunião da CER's Bacia do Alto Paraguaia – BAP,
65 realizou-se em Campo Grande/MS, com a presença do Superintendente de Recursos
66 Hídricos o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e a técnica da CGH/SURH/SEMA a Sr^a.
67 Leonice de Souza Lotufo. O Estado de Mato Grosso solicitou que a Feira Ambiental fosse
68 realizada na cidade de Cuiabá, por ser a maior cidade dentro da bacia hidrográfica, onde

69 a solicitação foi acatada por unanimidade. Agendou-se o evento para os dias 23 e 24 de
70 novembro, local a definir. Quanto a CER's Amazônia, não houve definição, pois o
71 Caderno Regional ainda esta sendo revisado. 6) O Secretário Executivo mencionou que o
72 Plano de Revitalização e o Plano Estratégico Tocantins – Araguaia serão construídos
73 conjuntamente, cabendo ao Estado, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
74 seu monitoramento. Sugeriu que fosse formado um grupo de trabalho para analisar as
75 propostas do Plano Estratégico e Programa de Revitalização, acatando a sugestão do
76 Estado de Tocantins. O Secretário Executivo solicitou a permissão do Conselho Pleno,
77 para que a Conselheira Angélica Garcia informasse sobre o Plano Estratégico de
78 Revitalização TO/AR. A Conselheira Angélica Garcia informou que os dados
79 apresentados por Mato Grosso eram de 99, 2005, que o programa de regionalização
80 enfocou o Plano do Araguaia, e que Mato Grosso fez uma reformulação com 45
81 municípios. Mencionou que um dos consultores era da Universidade Federal do Rio de
82 Janeiro – UFRJ, e que o que está sendo feito no Estado não está sendo divulgado. Para
83 que o Conselho Pleno tenha maior conhecimento sobre o andamento do programa, a
84 conselheira Angélica Garcia enviará a Secretaria Executiva do CEHIDRO, um CD com
85 informações sobre o projeto para ser divulgado aos Conselheiros. O Sr. Nery Ribas
86 representante do APROSOJA, pediu a fala e sugeriu que o CEHIDRO fosse um Fórum
87 para o levantamento dos dados, uma central de informações; O conselheiro Juracy Ala
88 Filho, sugeriu que a Superintendência de Recursos Hídricos fique responsável em solicitar
89 das outras Secretarias as informações necessárias. O Secretário Executivo mencionou
90 que colocará o conteúdo do CD do Programa de Revitalização no site da SEMA para
91 conhecimento de todos os Conselheiros, para que os mesmos possam colaborar com o
92 programa, disponibilizando informações no âmbito de sua competência sobre a Região
93 Hidrográfica Tocantins-Araguaia. A Reunião prosseguiu com a apresentação da ATA da
94 3ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, que foi aprovada por unanimidade. Foram
95 apresentados os trabalhos das câmaras técnicas de Barragem e Ecobarreira. O
96 Secretário Executivo solicitou a Srª. Angélica Garcia membro da Câmara Técnica de
97 Ecobarreira que informasse sobre as decisões das reuniões da Câmara, a mesma
98 mencionou que chegaram num consenso de que o projeto de Ecobarreira (retenção de
99 resíduos sólidos), não seria viável, considerando a situação ambiental da cidade, devido a
100 grande deposição de lixo. Sugeriram buscar parcerias juntos a outros órgãos afins, para
101 formar grupos de trabalho com objetivo de construir uma metodologia que contemplasse a
102 limpeza do rio e o desenvolvimento da educação ambiental, visando a conscientização

103 ambiental; O Conselheiro José Ferraz sugeriu que considerasse nesta proposta de
104 trabalho o escoamento superficial dos resíduos. Os encaminhamentos dos trabalhos da
105 Câmara Técnica de Barragem foram apresentados pelo técnico Enilson França, o qual
106 informou que foi discutido na última reunião a Lei Complementar nº 189 de 26/07/2004,
107 referente à construção de obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos; Foi
108 realizado o levantamento dos processos de barramento para irrigação, constatando que a
109 maioria estão abaixo de 50 hectares; mencionou que Superintendência de Assuntos
110 Jurídico da SEMA não apresentou parecer sobre este assunto até o momento; Foi
111 encaminhado aos membros da Câmara Técnica o Roteiro de Barragem para análise e
112 sugestão; O Conselheiro Décio Siebert, sugeriu que um técnico da Superintendência de
113 Assuntos Jurídicos participasse da reunião da Câmara Técnica de Barragem; O
114 Secretário Executivo mencionou que este processo está sendo discutido com o jurídico; A
115 Conselheira Ribenildes Carla mencionou que foi publicado a Lei que autoriza instalar a
116 piscicultura em área de APP, e solicitou que fosse revista a questão, devido à liberação
117 da área de APP para piscicultura e não de barragem para irrigação; O conselheiro José
118 Ferraz, mencionou que é necessário que seja feita a Adequação Ambiental dos
119 Empreendimentos; O Secretário Executivo mencionou que há uma preocupação da
120 equipe técnica da SEMA quanto à atuação do Ministério Público; O Técnico Enilson
121 França mencionou que está aguardando as sugestões dos membros da Câmara Técnica
122 quanto ao roteiro de barragem, e o parecer da Assessoria Jurídica ou do Dr. Carlos
123 Irigaray para tentar solucionar estas propostas, sugeriu ainda que fosse elaborada uma
124 proposta de Lei para irrigação com base na Resolução de Irrigação, que contemplasse a
125 construção de barragem. A sugestão foi acatada pelo Conselho Pleno. O Conselheiro
126 Juracy A. Filho, mencionou que as propostas de Lei que contemplem o uso de recursos
127 hídricos, deveriam ser apreciadas pelo Conselho Pleno do CEHIDRO antes de serem
128 sancionadas, e que os órgãos poderiam se integrar para resolver os problemas técnicos
129 no âmbito de suas atividades. Sugeriu ainda, verificar se a Lei de Piscicultura não iria ferir
130 a Lei que trata das Áreas de Proteção Permanente – APP, e se esta ação está de acordo
131 com o CONAMA. O Conselho Pleno propôs que, a Secretaria Executiva do CEHIDRO
132 enviasse um documento à Superintendência de Assuntos Jurídico da SEMA, ao Ministério
133 Público e Procuradoria Geral do Estado, solicitando uma consulta quanto à legalidade da
134 Lei de Piscicultura, sendo a proposta aprovada. O Secretário Executivo mencionou que as
135 Câmaras Técnicas deverão ser instituídas através de Resolução, a qual deverá ter um
136 presidente para presidir as reuniões, sendo assim foram indicados então os nomes do

137 Conselheiro Décio Eloi Siebert e Angélica Garcia para as Presidências. Ficando a
138 Secretaria Executiva do CEHIDRO, responsável em enviar uma proposta de Resolução
139 aos membros da Câmara Técnica de Barragem, para análise e aprovação e uma vez
140 aprovada, será encaminhada para assinatura e publicação. A última pauta a ser
141 apresentada foi à proposta de Resolução que estabelece prazos para as licenças de
142 irrigação, sobre a qual o conselheiro Juracy Ala, mencionou que a Superintendência de
143 Recursos Hídricos - SURH poderia ter maior estrutura para monitorar os
144 empreendimentos para renovação das licenças; o Conselheiro Luiz Gonzaga, propôs a
145 reformulação da proposta devido às dificuldades de se monitorar os empreendimentos
146 para liberar as licenças; Foram sugeridas duas propostas; a de 3 anos e a de 5 anos para
147 a liberação das licenças de operação; O Conselheiro Décio Siebert mencionou que os
148 empreendimentos devem estar de acordo com a ISO 14000; O Secretário Executivo
149 colocou em votação as duas propostas, sendo aprovada a proposta de liberação das
150 licenças no prazo de 05 anos, acrescentando um art. 2º com a seguinte redação: “a
151 renovação da licença de operação está condicionada a apresentação anual das medições
152 de vazão e das leituras das réguas limnimétricas, de acordo com a categoria a qual o
153 empreendimento esteja enquadrado”. A Resolução será encaminhada para devidas
154 assinaturas e publicação. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo
155 agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11:15hs e eu Jackeline Leite,
156 lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do
157 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

158
159

160 **LUIZ HENRIQUE C. DALDEGAN**
161 Presidente do CEHIDRO

160 **LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**
161 Secretário Executivo do CEHIDRO

162

163 ** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 03/01/2007.*

164 *** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*